



Sto. André precisa ouvir mais

Produtores culturais e intelectuais aprovam algumas ações da Secretaria, mas pedem intensificação do diálogo e atenção especial à descentralização de eventos e equipamentos

Ângela Corrêa

Acyliano Bellisomi deixou a cadeira da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer da Prefeitura de Santo André em dezembro último, a um ano da conclusão do segundo período consecutivo à frente da Pasta. No lugar do filósofo e pedagogo, que, em avaliações de produtores culturais da cidade feitas na gestão anterior, conduzia uma gestão pouco ousada, entrou a funcionária de carreira Simone Zárate, 44 anos, que, se tivesse que escolher um símbolo para representar a cidade culturalmente, seria o Revolucionarte, criado além da esfera do poder público que sacudiu o município nos anos 1990. “Não é Santo André que tem a cara do Revolucionarte, mas aquele projeto tinha a cara de Santo André”, diz.

Formada em Educação Artística, com duas especializações – uma em Políticas Culturais e Gestão Cultural e a outra em Gestão Cultural e Comunicação – Simone acumula experiência na administração de políticas culturais desde 1991, quando ingressou na Prefeitura como agente cultural via concurso público. O estilo direto e, sobretudo, realista agradou ao grupo artístico da cidade. “Ela se reuniu conosco e foi muito honesta no que diz respeito ao que é possível ser feito em um ano”, afirma a escritora Dalila Teles Veras, que recebe mensalmente um grupo de intelectuais e produtores de todas as cidades da região para discussão do tema em sua livraria e editora, a Alpharrabio.

“Estou lidando com um orçamento que já está planejado, dando continuidade a

uma gestão. Mesmo que eu tenha uma ou outra visão diferente do secretário Acyliano, estou dando continuidade. Tem coisas que eu mexo, mas há outras que não tem cabimento, por estarem em andamento”, argumenta ela, que em 2008 teve verba total de R\$ 21, 5 milhões para a cidade, dos quais R\$ 10,4 milhões são destinados ao Departamento de Cultura, o maior da Pasta. Este ano, os maiores investimentos foram, na seguinte ordem: formação cultural (escolas livres e Emias), Orquestra Sinfônica, Festival de Inverno, difusão musical (Projeto Música em Movimento), Carnaval e descentralização.

Nos primeiros dois meses, conta, preferiu tomar pé da situação. E notou que precisava de mais diálogo com pessoas que trouxessem demandas estratégicas de cada área e estivessem mais próximos da opinião popular. Outro ponto em, que, segundo profissionais ligados à área ouvidos pelo **Diário**, a Secretaria era falha.

Como as eleições do Conselho Municipal de Cultura estavam previstas para este ano, apostou alto na formação dos comitês em que a sociedade civil tem representatividade perante cada linguagem artística. Os novos conselheiros tomam posse oficialmente no próximo dia 16, mas a secretária já aposta nesse relacionamento como o fio que deve conduzi-la no próximo semestre, o de transição. “Eu acho muito importante a participação, nesse caso, formal, para a construção das políticas da cidade. São pessoas representativas da classe artística, que não necessariamente são a cara da população,



Simone Zárate diz que se tivesse que escolher um símbolo cultural para a cidade seria o Revolucionarte, criado além da esfera do poder público

mas é um começo”, acredita.

Uma das primeiras demandas levantadas pelo conselho é a também antiga questão da descentralização cultural, já prevista no orçamento e na qual deve ser gasto cerca de R\$ 380 mil por ano, incluindo a programação de Paranapiacaba à parte do Festival de Inverno. “A população de periferia fica distante das atrações e tudo é feito sem levar em consideração o que boa parte da população quer”, diz o músico Robson Luiz Santos Silva, um dos conselheiros a tomar posse na próxima semana, em plena *Canja com Canja*.

A preocupação aumentou também porque dois equipamentos que trabalhavam para diminuir parte dessa distância, as Emias Chácara Pignatari e Aron Feldman, estão fe-

chadas para reforma há mais de dois anos (veja na reportagem abaixo). Segundo a secretária, além da reabertura das escolas de iniciação artística destinada às crianças, estão em estudo propostas para revitalizar a participação das bibliotecas ramais, que funcionam dentro dos Cesas. “Está em processo de planejamento para o segundo semestre a gente colocar projetos novos e centrar esforços no atendimento ao público não é escolar”, diz. A idéia, diz, é transformar as escolas municipais em referência de cultura em cada um dos bairros. Mas mantém os pés no chão. “Não sei se dá para fazer isso em seis meses, sinceramente. Acho muito difícil, porque essas coisas são a longo prazo. Mas a intenção é essa”, diz.

A pouca valorização do ar-

tista local em favor da contratação de nomes famosos também é algo que ainda assusta os produtores culturais. “Eles não têm apoio. Para se apresentar, geralmente ganham ajuda de custo. Artistas daqui às vezes só têm o merecido respeito quando são conhecidos em outros locais”, aponta Dalila.

A secretária concorda que o relacionamento desses artistas deve se estreitar com o poder público, mas não abre mão de trazer grandes atrações. “Temos sim que investir no artista local. É uma discussão mundial: a manutenção da diversidade. Mas a gente tem de tomar um pouco de cuidado para que o local não ficar fechado nele. É obrigação nossa levar uma diversidade de opções. Uma coisa não exclui a outra”, afirma.

1 “Acho viável e fundamental para as sete cidades. Um censo cultural regional servirá às secretarias e aos outros setores e aos produtores. Temos de conhecer nossas cidades, ou não conseguiremos fazer política cultural. A gente tem de ser mais aberto. E ver se as Prefeituras conseguem alinhar alguns projetos”
SIMONE ZÁRATE, secretária de Cultura, Esporte e Lazer de Santo André, sobre projeto de Censo Cultural Regional, aprovado no Consórcio Intermunicipal este ano

2 “Temos um projeto que é das Prefeituras trocarmos produtos culturais que possam circular pela região. Estamos recolhendo tudo o que podemos trocar para ver como nos organizamos. É algo que dá para fazer agora. Se não dá para levar a Orquestra Sinfônica para outra cidade, dá para levar um pedacinho? É o que estamos pensando para esse ano. Exposição, que é uma coisa de fácil circulação, desde que não exija seguro, dá para fazer. E dá para fazer com produtos das Prefeituras e de projetos de produção que não é pública. Veremos se a gente consegue circulação imediata e a baixo custo”
SIMONTE ZÁRATE, sobre projeto de regionalização a curto prazo na região

Emias estão fechadas há dois anos

▼ A conservação dos equipamentos públicos de cultura andreenses estão na mira dos produtores da cidade há bastante tempo. Fora as Emias Aron Feldman e Chácara Feldman, fechadas há cerca de dois anos, o foco recai sobre as Casas do Olhar e da Palavra e o Cine Teatro Carlos Gomes.

De acordo com Simone, as obras das Emias estão em vias de começar. “Para a Aron Feldman já houve a licitação. A documentação está em análise e a obra deve começar em breve. Já a licitação para reforma da Pignatari está em edital. As duas obras começam esse ano”, diz a secretária, que estima

o tempo das obras em quatro meses para a unidade da chácara Pignatari e seis meses para a outra, que funcionava em prédio tombado como patrimônio histórico.

Embora a Casa do Olhar tenha sofrido restauro há pouco tempo – a Casa da Palavra também passou por pequenas obras, mas ainda sofre com problemas pontuais, a preocupação maior diz respeito ao medo de que os prédios, onde importantes projetos culturais funcionam desde 1992, continuem como espaços artísticos. “As Casas são tombadas enquanto prédio e não enquanto utilização. No tombamento não foi especificado o

uso deles como equipamentos de cultura”, diz Josefa Barranova. Segundo Simone, há esforços para que esse dispositivo entre em lei. “Embora isso não seja tão garantido, já que pode ser revogado. Mas vamos nos esforçar para isso”, afirma.

O Carlos Gomes, onde funciona a Escola Livre de Cinema, está fechado há anos e com sérios problemas estruturais. Mas, por questão de priorizar as Emias, o restauro do local ainda não deve entrar na pauta de transição das administrações. “É um projeto caro. Temos um estudo de reforma de 1999 que estima o custo em R\$ 4 milhões”, diz. **ACO**

Escolas Livres agora devem atingir o ‘segundo degrau’

▼ As quatro escolas livres – Teatro, pioneira, Cinema, Literatura e, a mais recente, Dança, ao lado de outros projetos de formação, é onde o Departamento de Cultura mais gasta hoje – cerca de R\$ 1 milhão. Apesar de elogiada, a iniciativa dos cursos livres carece de lapidação, apontam os produtores.

Enquanto a escola de literatura sofre críticas por conta da carência de projeto inicial e continuidade de programas, as demais são cobradas por mais entendimento e diálogo entre si. “Isso é algo que os próprios coordenadores me procuraram para resolver. E é algo que deve ser resolvido no curto prazo”,

diz Simone.

O chamado segundo degrau, que garantiria a continuidade dessa formação e o apoio a novos grupos, é algo que a secretária assume não ver ainda com clareza. “É uma discussão que a gente tem, afinal, a intenção dessas quatro escolas é formar artistas. Eu acho que esse processo não vai ser nesse ano que a gente vai conseguir implantar nada resultante dele, mas tem sido bem importante para a gente mesmo refletir sobre nossos projetos”, afirma Simone, que enxerga ainda, atrelada à discussão, a questão de formação de público para apreciação dessas correntes artísticas. ▲